

3

“A *sciencia sou eu*”¹: Reflexões sobre um intelectual ilustrado brasileiro.

3.1

Um intelectual

Os intelectuais constituem uma categoria bem visível em nossas sociedades, mas cujos limites é difícil estabelecer e cujas funções é difícil descrever adequadamente. Para dizer a verdade, o termo é relativamente recente já que, segundo a maior parte dos historiadores, foi empregado primeiro em francês, e de maneira usual, a partir do caso Dreyfus. Com certeza, sempre houve, e por toda a parte, pessoas reconhecidas como mais sensatas, mais cultas ou mais instruídas que a média de seus compatriotas. Na Idade Média, chamavam-nas ‘letradas’, na época das Luzes ‘filósofos’. Portanto, nossos modernos intelectuais herdaram tradições opostas, que se somam para a complexidade de um grupo muito diverso.²

Uma vez estando Pedro de Alcântara devidamente situado no meio cultural brasileiro do século XIX, resta-nos, agora, traçar os limites conceituais do termo *intelectual*, tal como está sendo empregado para definir as expectativas que a presente análise nutre em relação à esfera de atuação do indivíduo assim qualificado na sociedade moderna. Essa questão conseqüentemente implica no emprego do conceito na avaliação comportamental de Pedro de Alcântara. A primeira seção do capítulo, tem por objetivo operar sociologicamente com o conceito em questão, de modo que justifique o porque de tal escolha conceitual frente a outras possibilidades de atribuições à Pedro de Alcântara como, por exemplo, a de erudito ou cronista de viagem. Sendo assim, estabelecerei os limites conceituais que me permitam operacionalizar o debate, já que o termo em questão conduz facilmente a equívocos, devido a sua elasticidade, o que pode nos conduzir tanto as interpretações demasiado genéricas, ou a uma multiplicidade de significados conceituais, espelhados nos mais variados estudos sociológicos. Vejamos um exemplo de uma definição da qual não se pretende seguir:

¹ Paródia a frase atribuída ao rei da França Luís XIV, e comumente repetida por Pedro de Alcântara nas sessões por ele presididas do I.H.G.B..

² Verbetes **intelectual**. In: *Dicionário de Sociologia Globo*. Porto Alegre: 1981.

Consideramos desnecessário atender à regra que consiste, nos estudos desse gênero, em propor uma ‘definição’ de intelectual. Parece-nos que esse exercício é inócuo, salvo se a definição já comportar uma referência à natureza do campo intelectual e às formas de constituição do político, isto é, se já incluir a problemática do reconhecimento social do estatuto dos intelectuais e na sua produção em uma sociedade e num momento dados.

O que redundaria em considerar, como faz o senso comum, que intelectual é aquele que se identifica e é identificado pelos outros como tal. O leitor constatará que este trabalho abre espaço àqueles que reconhecidos por seu próprio nome, mais também faz referência amiúde aos anônimos que se sentem participantes das ‘funções históricas’ dos intelectuais.³

Portanto, escolhi como norte teórico, o conceito de intelectualidade desenvolvido por Karl Mannheim, que explora a transformação sociocultural do grupo por ele chamado *intelligentsia*⁴ durante a passagem da Idade Média para a Modernidade, segundo os limites epistemológicos e metodológicos propostos pela Sociologia do Conhecimento.⁵

Para Mannheim, o termo *intelligentsia* se traduz da seguinte maneira: “Em cada sociedade, há grupos sociais cuja tarefa específica consiste em dotar aquela sociedade de uma interpretação do mundo. Chamamos tais grupos de *intelligentsia*”⁶. Quanto mais estática é uma sociedade, tanto mais esse grupo social adquire um *status* bem definido. Uma sociedade estática para Mannheim é aquela que se encontra nas mãos de apenas um grupo pequeno de intelectuais responsáveis pela formulação e transmissão de uma certa visão de mundo - mágicos, brâmanes ou o clero medieval (no caso das sociedades ocidentais) -, e que além de deterem a chave interpretativa de seu *cosmos*, atuam sobre a reordenação, ou reconciliação das diferentes cosmovisões dos demais estratos sociais que compõem as dadas sociedades. Este tipo monopolístico de pensamento, segundo Mannheim,

³ PECAUT, D. - *Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação*. Apud. Claudete Daflon dos Santos - *A viagem e a escrita: uma reflexão sobre a importância da viagem na formação de escritores-viajantes brasileiros*, p. 42.

⁴ É importante ressaltar que, tal terminologia é utilizada por ela, porém não foi de sua criação.

⁵ MANNHEIM, K., *Ideologia e Utopia*.

⁶ Ibid. p. 38.

(...) Não surge primariamente dos embates concretos da vida, nem da tentativa e erro, nem de experiências de domínio sobre a natureza e a sociedade, mas, pelo contrário, de sua própria necessidade de sistematização, que sempre remete os fatos emergentes na esfera religiosa e nas demais esferas de vida a determinadas premissas tradicionais e intelectualmente não-controladas.⁷

O intelectual escolástico, devido a uma série de transformações históricas, transformações estas que delimitam a passagem do pensamento escolástico ou tradicional para o pensamento moderno, cedeu aos poucos espaço a uma intelectualidade que se fundou segundo a orientação de uma nova natureza de consciência. Com a quebra do monopólio da interpretação eclesiástica do mundo, até então sustentado por um grupo de intelectuais fechado e inteiramente organizado, emerge uma *intelligentsia livre*, cuja característica principal é a de ser freqüentemente recrutada para resolver questões que concernem a situações de vida constantemente variáveis, e não mais estar sujeita e ser regulada por uma organização do tipo casta. O pensamento moderno, dessa forma, se orienta para outra direção, pois na busca de novos horizontes, não mais pretende sustentar, conciliar e reproduzir as condições de vida existentes, pois experimenta a mudança de suas próprias condições. Logo, não mais se percebe em termos fixos e definidos, condicionado e aprisionado por uma visão compacta de mundo.

Sendo assim, o intelectual moderno 'não pretende reconciliar ou ignorar as visões potenciais na ordem das coisas ao seu redor, mas procura identificar as tensões e participar das polaridades de sua sociedade. A secularização e a multipolaridade de visões são conseqüência do fato mesmo, de que o grupo dos eruditos perdeu sua organização de casta e sua prerrogativa de formular respostas cabais às questões de seu tempo'.⁸

O homem de épocas anteriores vivia fora de seu tempo, sem a necessidade de refletir sobre as condições de sua existência. Para nos a inteligibilidade tornou-se essencial.⁹

A auto-suficiência inabalável também já não pode mais ser um ideal. Bastar-se a si próprio e o ideal de uma sociedade firmemente arraigada ao passo que o tipo representativo de nossa era tem as características de prometeu, sempre a transcender e reconstruir a si próprio, impulsionado pelas forças de renovação.¹⁰

⁷ MANNHEIM, K., *Ideologia e Utopia* p. 39.

⁸ Ibid, p. 69.

⁹ Ibid., p. 70.

¹⁰ Ibid.

A *intelligentsia* moderna ou contemporânea de Mannheim não pode ser submetida ao aparato conceitual que Marx elaborou para *classe social*, pois esse grupo se caracteriza principalmente pelo seu relativo desvinculamento de sua origem social, decorrente tanto do fato de serem diversas tais raízes, como das qualidades mentais peculiares, isto é, de sua capacidade de ver os pontos de vistas alheios¹¹. Penso que, a relação de tal conceito com o que vem se discutindo a respeito de Pedro de Alcântara revele-se óbvia. A *intelligentsia* não é de modo algum uma classe, não pode formar partido, e é incapaz de formar ações articuladas. A ação política depende basicamente de interesses comuns, de que carece a *intelligentsia*, mais do que qualquer outro grupo social.

Um membro da *intelligentsia* pode mais facilmente mudar o seu ponto de vista e está menos rigidamente engajado em um lado do conflito, pois ele é capaz de experimentar concomitantemente várias abordagens conflitantes da mesma coisa. Essa propensão pode ocasionalmente entrar em conflito com os interesses de classe da mesma pessoa. O fato de estar exposto a várias facetas de uma mesma questão, assim como seu acesso mais fácil a outras interpretações da situação.¹²

O sociólogo define, então, a *intelligentsia* como sendo uma *camada intersticial*.¹³ Sendo assim, é compreensível que o político faça uso das peculiaridades dessas “existências politicamente indefiníveis”, pois ele lida com tangentes claras que unem ou dividem as pessoas. Os membros da *intelligentsia* podem permitir-se pensar em termos exclusivamente políticos e ignorar agrupamentos politicamente irrelevantes. Não seria exagero dizermos que Pedro de Alcântara foi sensível o bastante para perceber essa diferença de natureza entre o **político** e o **intelectual moderno** (segundo os termos aqui em questão), pois quando não se justificava protocolarmente o uso do título de Imperador, Pedro de Alcântara abstinha-se de ser cunhado político, e preferia simplesmente ser designado Pedro de Alcântara, que abria à sua personalidade a um leque de possibilidades de leituras sobre a sua pessoa.

¹¹ NETO, M., *Formação e temática da Sociologia do Conhecimento*.

¹² MANNHEIM, K., *Sociologia da Cultura*, p. 69.

¹³ *Ibid*, p. 80.

Podem-se resumir as características essenciais desse grupo do seguinte modo: e um agregado situado entre e não acima das classes. O membro individual da intelligentsia pode ter, como freqüentemente ocorre, uma orientação particular de classe, e em conflitos reais ele pode aliar-se com um outro partido político. Mas ainda, suas posições podem revelar uma clara posição de classe. Mas além e acima dessas afiliações, ele é motivado pelo fato de que seu treinamento o equipou para encarar os problemas do momento a partir de várias perspectivas e não, apenas uma, como faz a maioria dos participantes de controvérsias. Dissemos que ele está equipado para encarar os problemas de sua época a partir de mais de uma perspectiva, ainda que em diferentes casos ele possa atuar como partidário e alinhar-se como uma classe. Seu equipamento adquirido torna-o mais instável que os outros. O membro da intelligentsia pode mais facilmente mudar seu ponto de vista e está menos rigidamente engajado num lado do conflito, pois ele é capaz de experimentar concomitantemente várias abordagens conflitantes da mesma coisa.¹⁴

¹⁴ MANNHEIM, K., *Sociologia da Cultura*, p. 81.

3.2

Um intelectual ilustrado

Enfim, essa história antiga me parece, em relação à moderna, o que são as velhas medalhas quando comparadas com as moedas correntes; as primeiras estão restritas aos gabinetes; as segundas circulam no universo, pelo comércio dos homens.

Voltaire - **Novas considerações sobre a História.**

Após a leitura conceitual do termo **intelectual** proposto por Mannheim, mergulharemos no contexto histórico do surgimento do movimento **Iluminista** na Europa, movimento este que redimensionando as relações dos indivíduos com o mundo ao seu redor, por meio do estabelecimento de uma nova natureza de conhecimento, conseqüentemente revolucionou os tradicionais modos de sociabilidade, ou seja, possibilitou, a vivência de uma nova experiência social. Portanto, torna-se essencial descortinar os valores por traz do Iluminismo.

É claro que se tem em conta a enorme diversidade de vertentes em que essa corrente de pensamento se desdobrou, e conseqüentemente da diversidade de possibilidades de leituras que podem ser realizadas do movimento intelectual em questão. Portanto, privilegiarei a abordagem que se baseia na tentativa realizada pelos filósofos das luzes de sistematizar todo o conhecimento que provinha da descoberta dos fenômenos naturais, e da observação de povos e suas manifestações culturais descritas por exploradores, na medida em que as potências européias expandiam suas áreas de influencia pelo mundo. Para tanto, apontarei alguns pressupostos gerais de tal movimento cultural, principalmente na linha da produção do conhecimento realizado pelo enciclopedismo.

Dentre outros pontos que pretendo ressaltar nesse estudo, são as principais tendências de auto-representação do ocidente fortemente atreladas a sua afirmação por oposição aos povos “não-europeus”. Partilho, desta forma, da mesma linha de

análise de Todorov em *Nos e os Outros*¹⁵. Isso nos ajudara a pensar não apenas os valores que faziam parte do universo mental dos filósofos setecentistas e oitocentistas, mas será fundamental para compreender os valores que Pedro de Alcântara tinha em mente ao analisar o Egito.

O **Iluminismo** ou **Ilustração** foi um amplo movimento cultural surgido no seio da intelectualidade europeia do século XVIII, sendo assim posteriormente denominado pela literatura do século XIX¹⁶ por lançar novas perspectivas e valores sociais em um mundo assentado na velha ordem regida pelo Antigo Regime. O Iluminismo não consistiu em uma doutrina filosófica ou em uma teoria do conhecimento específica, sendo mais bem compreendido como um conjunto de idéias e valores compartilhados por círculos de intelectuais que se expressaram de forma distinta nas letras e nas artes, e difundiram seus saberes e suas descobertas nos salões, cafés, Academias e Lojas Maçônicas da Europa e Norte-América.¹⁷

A importância da filosofia Iluminista - independente das diferentes nuances que tal tipo de pensamento se manifestou na produção intelectual de diferentes gerações e nacionalidades de pensadores - recai sobre a maneira pela qual seus ideólogos e ativistas inauguraram a crença de que o conhecimento sobre o mundo estava assentado na descoberta da legalidade dos fenômenos, que regiam tanto a natureza como o comportamento humano, partindo do pressuposto da universalidade, atemporalidade e imutabilidade de tais leis naturais. A universalidade da natureza humana também constituiu um ponto consensual entre seus ilustres expoentes, perpassando tanto as reflexões de Rousseau como as de Condorcet. A busca por uma solução que conduzisse o homem a uma vida social

¹⁵ TODOROV; *Nos e os outros: Reflexões sobre a diversidade humana*.

¹⁶ “As palavras - Na literatura sobre o Iluminismo, é muito comum considerarem-se como coetâneos os substantivos *lumieres*, *Alfklärung*, *enlightenment*, *lumi*, *ilustración*, *iluminismo*, assim como também os verbos *éclairer*, *aufklären*, *to enlighten*, *ilustrar*, *iluminare*, *iluminar*. Poucos, na verdade, são aqueles que se dão conta de que várias dessas palavras são criações posteriores ao próprio fenômeno do Iluminismo, produzidas foram ao longo do século XIX, sendo por conseguinte estranhas ao vocabulário do setecentos.” FALCON, F. C., *Iluminismo*, p.13.

¹⁷ O trabalho não se propõe discutir o surgimento e o contexto social em que o movimento iluminista se desenvolveu. Para maiores explicações, ver: “O espaço-tempo do Iluminismo e suas bases sociais”. In: FALCON, F. C., *Iluminismo*.

mais feliz e próspera unificou os singulares projetos iluministas, pois a crença em um futuro melhor encontrava-se impressa nos espíritos dos filósofos-historiadores.¹⁸

Os *philosophes* espelharam-se e foram impulsionados por um tipo de pensamento advindo da Revolução Científica de meados do século XVII, de modo que os estudos do homem desenvolvidos desde então, calcaram-se nos paradigmas estabelecidos por tal revolução¹⁹. Isto significa que, neste recorte temporal, a tendência do pensamento histórico e filosófico se voltou para a ampliação e elaboração de uma ciência empírica que abrangesse todos os fenômenos, utilizando-se da **metodologia aplicada ao estudo das ciências**, buscando nas **princípio de universalidade** governado por leis tão rígidas quanto as leis que regem a natureza. Sendo assim, ambicionava-se que a moral, a política, a estética, a história e a religião, mediante a intervenção de métodos, processos e critérios, pudessem ser capazes de revelar uma regra universal que transformasse suas aparentes inconstâncias e pluralidade em produtos fixos e acabados: “A ciência do homem é também uma ciência natural, uma ciência da observação, a mais nobre de todas”.²⁰

Não é portanto através de hipóteses vagas e arbitrárias que podemos esperar conhecer a Natureza: é através do estudo refletido dos fenômenos, através da comparação que faremos entre uns e outros, através da arte de reduzir, tanto quanto possível, um grande número de fenômenos a um único que possa ser considerado como seu princípio.²¹

Ainda que desprovida de precisão matemática e disseminada de forma muito simplificada, a metodologia que serviu de modelo para o incremento das ciências humanas, que começaram a se estruturar a partir de meados do século XVIII, fora fornecida por Newton, o mesmo cientista que moldou o perfil programático das ciências naturais. Embora os instrumentos matemáticos aplicados aos estudos das ciências naturais tivessem sido criados por Descartes e seus discípulos, tal modelo não fora utilizado pelos *philosophes*, pois não estava adaptado as

¹⁸ BERLIN, I., *Against current: Essays in the history of ideas*.

¹⁹ HADDOCK, B. A., Uma Introdução ao Pensamento Histórico, p. 105.

²⁰ CASSIRER, E., *A Filosofia do Iluminismo*, p. 36.

²¹ DIDEROT, D.; D' ALEMBERT, LE'R., *Enciclopédia ou, Dicionário raciocinado das ciências e das artes e ofícios: Por uma Sociedade de Letrados, Discursos Preliminares e outros textos*. p. 31.

necessidades de uma filosofia experimental. A partir dos pressupostos teóricos do filósofo inglês John Locke foi originado um novo tipo de epistemologia, que somado aos critérios metódicos experimentais newtonianos combateram os sistemas metafísicos, cuja concepção de conhecimento se encontrava assentada em formulações e conceitos abstratos - “idéias inatas” e “qualidades ocultas” - anteriores a toda experiência e capazes de revelar a essência absoluta das coisas. Este gênero de conhecimento fora relegado ao reino da superstição, já que o modelo analítico newtoniano assentava-se sobre a observância de experiências sensíveis que se imprimiam no *espírito* humano totalmente desprovido de conceitos e categorizações.

Nosso Descartes (...) assegurou que se pensa sempre e que a alma vem ao corpo já provida de todas as noções metafísicas, conhecendo Deus, o espaço infinito, tendo todas as idéias abstratas, cheia de belos conhecimentos que, infelizmente, esquece ao sair do ventre da mãe.²²

Locke, após arruinar as idéias inatas, após renunciar à vaidade de crer que se pensa sempre, estabelece que todas as nossas idéias nos vêm pelos sentidos ...²³

Uma **nova concepção de natureza humana** surge, sustentada pela idéia de que os homens eram dotados de uma mesma essência, ou seja, que o *gênero humano* independente da época ou do lugar era sempre único. A humanidade como um todo, não apenas o homem europeu, passou a ser objeto de estudo dos filósofos esclarecidos, ainda que os parâmetros para se pensar o “homem universal” tenham sempre partido dos valores imbuídos na lógica de sua própria vida social. A natureza humana, para além de outras faculdades, era constituída por um tipo de capacidade que permitia aos homens organizar e processar todas as impressões do mundo recebidas pelos **sentidos**. Essa faculdade que passou a ser o centro das atenções iluministas foi designada por **razão**.

Deveria ser possível realizar em história uma ciência análoga à de Newton, reduzindo os fatos a leis. Mas não seria possível, tanto em história quanto em qualquer outra área, chegar-se ao conhecimento das leis sem descobrir um pólo

²² VOLTAIRE, *Cartas Inglesas*, p. 21.

²³ Ibid.

imóvel no fluxo dos fenômenos. Esse elemento imutável e idêntico não se encontra, por certo, no curso infinitamente múltiplo e cambiante do destino dos homens; ele só pode estar na própria natureza humana.²⁴

O espírito, segundo Haddock²⁵, - *carte blanche* - repositório das impressões recebidas pelos sentidos era guiado e impedido de se perder na complexidade de informações factuais por ele assimiladas, por uma *força*, uma *energia* (um centro-motor), inerente ao ser humano, capaz de lhe oferecer a segurança de que a extensão do saber não iria enfraquecer e nem diluir seu espírito, mas, pelo contrário, reanimá-lo e concentrá-lo²⁶. Esta *energia* desprovida de um conteúdo positivo, mas capaz de assimilar todos, constituiu a natureza do que tais filósofos entendiam por *razão*. Sendo assim, a razão humana só poderia “(...) ser plenamente percebida em sua ação e em seus efeitos”²⁷, cabendo então à ciência o papel de força propulsora, capaz de despertar e incitar o progressivo desenvolvimento da racionalidade humana. A capacidade de auto-aperfeiçoamento constante da razão humana foi denominada pelo filósofo Condorcet de “perfectibilidade da natureza humana”.²⁸

Todos os nossos conhecimentos diretos reduzem-se aos que recebemos pelos sentidos; de onde se conclui que é às nossas sensações que devemos todas as nossas idéias.²⁹

Quem quer que submeta tudo o que se passou em seu entendimento a uma avaliação fiel admitirá sem dificuldades que seus sentidos lhe forneceram todas as idéias. E, no entanto, os filósofos que abusaram de sua razão pretenderam afirmar que tínhamos idéias inatas. E o asseguraram usando apenas o mesmo fundamento que lhes servira para dizer que Deus, tomando cubos de matéria e esfregando-os uns contra os outros, formara o mundo visível. Formaram sistemas com os quais se vangloriavam de poder arriscar qualquer explicação aparente dos fenômenos da natureza. Essa maneira de filosofar é ainda mais perigosa do que o jargão desprezível da Escola. Pois esse jargão, sendo

²⁴ CASSIRER, E., *A Filosofia do Iluminismo*, p. 290.

²⁵ HADDOCK, B. A., *Uma Introdução ao Pensamento Histórico*, p. 105.

²⁶ CASSIRER, E., op. cit., p. 22.

²⁷ Ibid., p. 290.

²⁸ CONDORCET, *Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano*.

²⁹ DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, LE'R., *Enciclopédia ou, Dicionário raciocinado das ciências e das artes e ofícios: Por uma Sociedade de Letrados, Discursos Preliminares e outros textos*, p. 23.

absolutamente vazio de sentido, basta um pouco de atenção para que o espírito reto, num único lance, aperceba-se do seu ridículo e procure alhures a verdade.³⁰

Sendo assim, uma **nova concepção de conhecimento** surge, calcada na conjugação entre o *positivo* - recolhimento de materiais solidamente estabelecidos pela observação - e o *racional* - potencialidade humana que confere ordem e coerência a estes fatos. Logo, por mais que o espírito humano se deparasse com uma imensa multiplicidade de objetos, a **razão** por intermédio da **ciência** teria a propriedade de conferir ao dado material uma dimensão e identidade próprias, de forma que mais um sistema de valor imutável e de ordem universal pudessem ser revelados.

A par da ampliação quantitativa encontra-se sempre uma determinação qualitativa, à constante extensão do saber para além de sua periferia corresponde a um regresso sempre mais consciente e mais pronunciado ao centro próprio e característico da expansão.³¹

Segundo esta lógica, quando um princípio é formulado, mesmo que posterior à sua fundamentação se constatem fenômenos que possam estar relacionados com ele, tais fenômenos não funcionaram como dados que possam modificar de alguma forma o postulado já afirmado, pois serão remetidos a este centro comum de representações. Seria imaginar que, se o mundo aos poucos fosse sendo decifrado, se chegaria ao ponto que todas as leis seriam conhecidas pelos homens, que qualquer novo fenômeno observado pudesse ser remetido e explicado por uma lei já conhecida, a ele inerente.

A produção de conhecimentos cada vez mais vastos nos campos das ciências naturais e humanas tiveram para os filósofos iluministas um caráter extremamente **pragmático**, na medida em que havia a perspectiva de que a produção de tais saberes proporcionariam progressos substanciais nas condições de vida materiais e espirituais do homem. Inaugura-se, então, a idéia de **progresso** (aparece pela primeira vez nas obras de Voltaire) que se encontra diretamente

³⁰ VOLTAIRE. *Tratado de Metafísica*. São Paulo, Abril Cultural, 1978. p. 68. Torna-se fundamental ressaltar que o lugar que a razão ocupava junto as demais faculdades humanas se diferia na produção intelectual de cada um dos filósofos iluministas.

³¹ Ibid., p. 32.

associada a uma **nova concepção de temporalidade**, que tomou emprestada de outras tradições os elementos que passaram a lhe compor.³²

Da tradição judaico-cristã herdou a estrutura temporal linear, segmentada por periodizações que assinalavam acontecimentos-chave no desenrolar da história. Os intelectuais iluministas incorporaram da mesma tradição a função teleológica do tempo, sendo que o *telos* do novo modelo proposto pelos ilustrados não mais repousava na crença de uma salvação ou danação da humanidade após o juízo final, mas sim na máxima Iluminista de que o presente depende dos progressos do passado, assim como o futuro dependerá dos progressos do presente, ou seja que “o espaço das experiências” pretéritas estará ligado ao “horizonte de expectativas” futuras.³³

A física moderna também ajudou a revolucionar a idéia de tempo ao compreendê-lo não mais como um movimento cíclico, que funcionava em conformidade ao ritmo da natureza, mas como, segundo Descartes, uma sucessão de espaços ou uma linha densa de instantes, cujo quadro de referências para a sua medição passou a ser o relógio mecânico, ou seja, uma grandeza externa, autônoma, independente dos acontecimentos, e por isso, artificial. Da *anaclosys* ciceroniana, só restou o profundo interesse pragmático pela história, já que, para os filósofos esclarecidos o movimento temporal histórico encontrava-se sempre associado à idéia de progresso.

Desta forma, os pensadores Iluministas inauguraram um novo tipo de interesse pela **História**, que guardava íntimos laços com a nova maneira pela qual conceberam **a natureza humana, a temporalidade, e de como estabeleceram uma nova forma de conhecer e de se relacionar com o mundo por intermédio do método científico**. Uma vez sendo o conhecimento instrumento de aperfeiçoamento da própria condição humana, a história tornou-se um útil e amplo repositório de experiências capazes de oferecer ao filósofo-historiador os dispositivos que o possibilitaria descrever as regularidades do comportamento humano. Para os Enciclopedistas, a História obedece às mesmas leis gerais que

³² LOWITH, K., *O sentido da história*.

³³ KOSELLECK, R., *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*.

regem o desenvolvimento das potencialidades individuais, só que leva em conta o desenvolvimento coletivo de toda a humanidade. Sendo assim, a História, segundo Haddock, funcionaria como um “profilático social” contribuindo para o desenvolvimento da humanidade na medida em que pouparia os homens de seus próprios atos insensatos, cometidos em épocas passadas.

Daqui a origem e o estudo da História que, unindo-nos aos séculos passados pelo espetáculo de seus vícios e de suas virtudes, de seus conhecimentos e de seus erros, transmite os nossos aos séculos futuros.³⁴

Efetivamente, eu objetiva de una *Enciclopédia* es reunir luz conocimientos dispersos por lá faz de lá Teerã, expuser só sistema general à luz honres côm luz que vedemos y transmitírselos a luz honres que vendam detrás de noutros, a fim de que luz trabajos de luz passados cegos no abam sido enoveles para luz cegos que lo s cedam, y de que nuestros netos, al converterei em más instruídos, se convertam também em más virtuosos y más faleces, y de que no muramos cem Haber contraído méritos para eu gênero humano.³⁵

Concluindo, podemos dizer que o Iluminismo foi dimensionado por seus protagonistas como sendo um movimento de caráter filosófico e histórico, ou seja, para além da criação de uma nova teoria do conhecimento humano, relegada à filosofia o papel de estabelecer seus pressupostos epistemológicos, a dimensão histórica também se fez essencial na conformação desse novo tipo de mentalidade. A “História”, segundo reza a Enciclopédia, constitui a faculdade da “Memória”, fornecendo os fenômenos ou dados empíricos para a formulação das leis filosóficas processadas pela faculdade da “Razão” ou da ontologia. Entretanto, a relação te foi muito mais além desta proposição, pois no auge de um processo de secularização do mundo que redimensiono a relação homem-natureza, a possibilidade de se atingir a verdade das coisas encontrava-se inerente a sua própria natureza mundana, diga-se histórica. É na história, e não na imanência metafísica ou teológica que se chega

³⁴ DIDEROT, D.; D’ ALEMBERT, LE’R., *Enciclopédia ou, Dicionário raciocinado das ciências e das artes e ofícios: Por uma Sociedade de Letrados, Discursos Preliminares e outros textos*, p. 31.

³⁵ DIDEROT, D., Verbete Enciclopédia. In: DIDEROT, D.; D’ ALEMBERT, LE’R., *La Enciclopedia – seleccion*, p. 69.

ao conhecimento do mundo, e é através da história que as potencialidades humanas podem se desenvolver plenamente.³⁶

Partindo do pressuposto da universalidade do gênero humano, e de que a História é um movimento global que abarca o passado, o presente e o futuro de toda a Humanidade, coube aos historiadores oitocentistas formularem um modelo de História que encontrasse respostas acerca da diversidade de manifestações culturais. O estágio da ciência e tecnologia, serviu como termômetro para medir o grau de desenvolvimento social que uma dada sociedade já havia atingido. Como o desenvolvimento das potencialidades humanas ocorrem em cadeia, ou seja, a medida em que sua razão se expande, sua moral, senso estético, valores políticos também se aprimoram, as culturas que detêm a ciência se encontram em um patamar evolutivo superior ao das demais. Partindo dessa lógica, as sociedades foram agrupadas em uma linha temporal ascendente tendo como ponto de partida a barbárie, ou os povos que viviam em maior contato com a natureza, e como ápice aqueles que haviam alcançado o domínio do mundo natural através da ciência e da tecnologia: os povos civilizados. O tempo e o espaço não mais corresponderiam a uma mesma realidade, pois o mundo poderia abarcar sociedades que viviam em tempos históricos diversos.

Tomando por medida os caracteres imbuídos na dinâmica de sua própria vida social para a formulação dos princípios universais, os iluministas **hierarquizaram** as sociedades de acordo com o “estágio evolutivo” que os intelectuais julgavam que cada uma ocupasse na História da Humanidade. É importante ressaltar que não só a História passou a ser um local de acumulação de experiências que poderia melhor auxiliar na compreensão da natureza humana, mas também, a observação das demais sociedades do mundo poderia oferecer o vislumbre do passado das próprias sociedades civilizadas, que em algum tempo remoto da história já haviam ocupado este grau de desenvolvimento social. O

³⁶ Segundo Cassirer, “a época da ‘historiografia filosófica’ que começa no século XVIII procura realizar um equilíbrio entre esses dois elementos. Não que, de maneira alguma, submeter unilateralmente a história aos imperativos construtivos da filosofia, mas separar imediatamente dela própria, da riqueza e da visão palpitante do detalhe histórico, novas tarefas e novos problemas filosóficos”. CASSIRER, E., *A Filosofia do Iluminismo*, p. 271.

deslocamento geográfico firma-se, nesse prisma, como deslocamento temporal/evolutivo.

É assim que o mal que experimentamos pelos vícios de nossos semelhantes produz em nós conhecimento refletido das virtudes opostas a estes vícios: conhecimento precioso do qual uma união e uma igualdade perfeitas talvez nos tivesse privado.³⁷

Vejamos como as palavras de Jules Harmand, defensor francês do colonialismo, sintetiza alguns dos aspectos nodais discutidos, até então:

É necessário, pois, aceitar como princípio e ponto de partida o fato de que existe uma hierarquia de raças e civilizações, e que nós pertencemos à raça e civilização superior, reconhecendo ainda que a superioridade confere direitos, mas, em contrapartida, impõe obrigações estritas. A legitimação básica da conquista de povos nativos é a convicção de nossa superioridade, não simplesmente nossa superioridade mecânica, econômica e militar, mas nossa superioridade moral. Nossa dignidade se baseia nessa qualidade, e ela funda nosso direito de dirigir o resto da humanidade. O poder material é apenas um meio para esse fim³⁸.

As disparidades de culturais foram primeiramente encaradas como uma decorrência de causas mecânicas (clima, geografia, subsistência), ou de subordinações de classes menos favorecidas de um povo a poderes religiosos e/ou tirânicos. Sendo a perfectibilidade humana uma capacidade inerente a todos os homens e conseqüentemente às suas culturas correspondentes, as diferenças “evolutivas” produzidas entre elas não eram definitivas, e poderiam ser suprimidas conforme o decorrer da história. Os descompassos entre as sociedades poderiam ser compensados tal como reza a Lei Física de Aceleração dos Corpos, tal como foi sugerida no capítulo anterior: quanto maior for a velocidade (do progresso científico/tecnológico) um percurso mais longo será percorrido (a linha histórica da Humanidade) em um menor tempo possível (o que descompensa o atraso temporal em relação as sociedades que estão na vanguarda). O objetivo do filósofo

³⁷ CASSIRER, E., *A Filosofia do Iluminismo*, p. 25.

³⁸ Trecho proferido por Jules Harmand, no ano de 1910. Citado por SAID. E., *Cultura e Imperialismo*, p. 48.

historiador do XVIII, e do cientista social do XIX era justamente o de ajudar a humanidade na aceleração de sua “marcha evolutiva”, na medida em que produzissem conhecimentos que contribuíssem para o seu crescimento material e cultural, já que a contemporaneidade é o ponto em que os homens podem compreender o processo histórico e detectar a origem dos males da humanidade.

Sendo assim, para os filósofos que partilhavam desta crença, a Europa foi eleita como o modelo de sociedade civilizada que deveria servir como medida de todos os tempos e de todos os lugares, convertendo-se, então, no centro de difusão das “luzes” para o resto do mundo. Estas formulações teóricas “eurocêtricas” ainda reservavam para as nações vanguardistas um dever missionário, ou seja, o dever de conduzir os países que não se encontravam “capacitados” a atingir tal nível de evolução rumo ao **progresso** e à **ordenação**. O “messianismo” europeu, presente no Imperialismo do século XIX, teve, então, sua gênese no Iluminismo, e serviu como instrumento de legitimação do processo de expansão territorial europeu.

Um exemplo dessa postura está expressa na obra de Condorcet, considerado o “último Enciclopedista”, que inaugura a perspectiva da futura possibilidade de união entre todas as sociedades do mundo. Em decorrência do fato de ser a capacidade humana da Razão universal e atemporal, os princípios de justiça, que servem de base para a formulação de um corpo de leis, também deveriam ser encontrados de maneira igual no âmago de cada ser humano. Pode-se, então, deduzir que a Humanidade seguiria, naturalmente, na direção de uma unificação progressiva, a medida em que, diferentes povos do mundo atingiriam, cada um a seu tempo, conclusões semelhantes sobre os princípios de justiça. A sistematização de todo corpo legal cabia aos *philosophers*, cuja capacidade de inteligibilidade os equipou para serem os difusores das luzes para todo o mundo.

Muitas outras doutrinas sociais foram perpassadas por estes valores ideológicos. O evolucionismo do XIX, com destaque a Lamarck e posteriormente Darwin, contribuiu para reforçar a idéia de uma unidade do gênero humano através da noção de que haveria uma evolução biológica comum a todos os povos do mundo, cujo processo evolutivo atravessaria sucessivos e progressivos graus de

desenvolvimento cognitivo e social, ao se deslocarem da selvageria para a barbárie, até atingirem a civilização. No marxismo, também se encontram imbuídos os valores em questão, já que, o processo de desenvolvimento da humanidade se caracteriza pela progressiva passagem do natural (biológico) para o histórico (produção de cultura), o que se reflete na “pluralidade dos modos de produção, cuja sucessão indica níveis crescentes de complexidade e possibilidades”³⁹.

No século XIX, com o advento de várias doutrinas científicas efetiva-se e consolida-se a noção de uma indiscutível superioridade das sociedades européias que, obedecendo a uma escala de valores estabelecida de acordo com seus princípios, esquematizaram os continentes e seus respectivos países fazendo-os concordar com uma rígida hierarquia, onde algumas nações européias, tal com ingleses e franceses acreditavam ocupar o ápice da **civilização material e espiritual** da humanidade.

Uma das maiores expressões do cientificismo oitocentista foram as formulações teóricas criadas pelo intelectual August Comte, que tomou como inspiradora a obra de quem considerou seu “pai espiritual”: Condorcet. Sua doutrina, o Positivismo, fora amplamente aceita e difundida por toda a Europa. Comte dividiu a história da espécie humana em três partes, usando como critério a evolução de seu estágio mental no que diz respeito ao que cada uma delas entendia pela natureza da forma de investigação do mundo, colocando a idade da teologia no extremo oposto da idade da sociologia (ciência/razão). Segundo Comte, a França - “núcleo da humanidade”, “povo central” - tinha por dever conduzir os demais povos do mundo que ainda se encontravam em outros estágios evolutivos, e para tanto deveria começar pela própria Europa as transformações que levariam a humanidade a se unir de forma harmônica. A França se associaria primeiro ao que Comte chamou de “resto do ocidente”, ou seja, a Inglaterra, a Itália, a Espanha, e a Alemanha (repare que o conceito de *Ocidente* também deve ser relativizado, já que aqui o *Ocidente* é compreendido apenas pelo o bloco de países que compunham as grandes potências européias), para depois atingir o resto da Europa. A propagação

³⁹ LLOBERA, J. R., apud Ciro Flammarion Cardoso, *Sociedade e Cultura: comparação e confronto*, p. 8. (Mimeografia)

das transformações que, segundo Comte, revolucionariam toda a humanidade obedeciam a expansão das luzes que deveria se propagar sempre das nações mais “evoluídas” para os povos que possuíssem “um menor grau de desenvolvimento social”. Depois que toda a Europa estivesse unida, o resto da raça branca seria anexada, seguida da amarela e por último da negra.⁴⁰

As doutrinas racialistas também tiveram grande expressão no século XIX, e partiam do postulado de que a diversidade de espécies humanas se expressava pela diversidade de raças. A raça funcionava como um determinador biológico dos aspectos morais e cognitivos que formam o ser humano, ou seja, dizer que uma raça era inferior implicava afirmar que os indivíduos que a ela pertenciam eram desprovidos de inteligência e de valores morais. Sendo assim, quando os cientistas “determinavam” que as raças podiam ser superiores ou inferiores, e em decorrência da inferioridade dizer que eram irracionais, contribuía para tornar os mecanismos de controle colonial mais viáveis.

Estas doutrinas ganharam destaque entre o meio intelectual oitocentista brasileiro. Intelectuais considerados como os precursores das Ciências Sociais no Brasil, Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, partilharam da idéia de que, os determinismos geográfico e racial serviriam como categorias de conhecimento que definiriam o quadro interpretativo da realidade brasileira, de forma que uma vez sendo identificados os motivos do “atraso” do país, pudessem atualizar o Brasil segundo o modo-de-vida europeu, ou seja, inserindo-o no quadro da modernidade⁴¹. Entretanto, o que cabe aqui é apontar a difusão destas teorias - evolucionismos, teorias raciológicas - no meio intelectual brasileiro, e demonstrar no capítulo que se segue, como o olhar de Pedro de Alcântara esteve condicionado por estas categorias durante as análises referentes a história do presente e passado do Egito.

Concluindo, podemos dizer que, a nova dimensão que o *intelectual* passa a adquirir no século XVIII, dimensão esta que redefine os limites conceituais entre o

⁴⁰ TODOROV, T., *Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*, p. 44-45.

⁴¹ ORTIZ, R., “Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX”. In: *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*.

político -“homem de ação” - e o intelectual - “homem de contemplação” das sociedades tradicionais. A nova conotação que a palavra *intelectual* ganhou a partir de então, esteve profundamente atrelada a reformulação do conceito de *conhecimento*, que se definiu como o processo de descoberta e intervenção das leis que regem os fenômenos reguladores da natureza das coisas, por intermédio do método científico, seja tanto no campo das ciências naturais como no das humanidades.

Sendo assim, o intelectual Pedro de Alcântara não se tratou apenas de um erudito clássico que se limitava a acumular conhecimentos como deleite no preenchimento de suas horas de lazer, que não eram muitas, mas se encontrava realmente comprometido com a produção de saberes, estando suas informações culturais e científicas bastante sintonizadas com as vanguardas européias. Então, Pedro de Alcântara incorpora o perfil do “**intelectual ilustrado**”, já que sua personalidade reflete a postura de um verdadeiro cientista, preocupado e engajado na produção de conhecimentos que contribuíssem de forma substancial para o “progresso da humanidade”. As fronteiras entre o homem político e o intelectual nos século XIX são muito fluidas, pois o homem que se identifica com os valores da tradição de pensamento iluminista se encontra profundamente comprometido com um projeto de transformação para o mundo.

3.3

Um intelectual ilustrado brasileiro

Pouco direi do indivíduo. Tenho espírito justiceiro, e entendo que o amor deve seguir estes graus de preferência: Deus, humanidade, pátria, família e indivíduo.

Pedro de Alcântara - **Diário autobiográfico** - 31/12/1861

O trecho justifica-se por si só. A prioridade que Pedro de Alcântara confere no campo da mundaniedade ao âmbito que transcende os limites geográficos do espaço nacional, âmbito este em que parece realmente ter devotado grande parte de seu tempo, de suas expectativas, e de suas motivações, revela o espírito de um verdadeiro intelectual ilustrado, encantado com a atemporalidade e universalidade dos fenômenos científicos inscritos na natureza, e das artes inscritos na alma humana. Entretanto, isso nunca significou para Pedro de Alcântara abster-se das questões do âmbito nacional. Muito pelo contrário. Preocupar-se com o universal, como vimos até então, implicava, conseqüentemente, em atuar nas questões que diziam respeito ao âmbito nacional, pois longe de serem esferas excludentes, o Brasil só ocuparia o seu lugar no “concerto das nações” se tivesse resolvidos seus problemas sociais internos, que o mantinham preso às antigas relações tradicionais de vida.

Danilo Marcondes define como o grande instrumento do Iluminismo “(...) a consciência individual, autônoma em sua capacidade de conhecer o real; suas armas são, portanto, o **conhecimento**, a **ciência** e a **educação**”⁴². Sua definição sintetiza muito bem o modo pelo qual abordamos o conceito de intelectual moderno via a análise sociológica de Mannheim, e de como o movimento cultural iluminista inaugura uma nova episteme - assentada na intervenção da natureza pelo método científico -, e do comprometimento de seus precursores com a mais ampla difusão dos saberes por eles revelado. Para finalizar esse capítulo, tomarei emprestado de Danilo Marcondes três importantes pressupostos a partir dos quais se funda a

⁴² MARCONDES, D., *Iniciação a história da filosofia - dos pré-socráticos a Wittgenstein*, p. 202.

cultura iluminista, para reiterar o comprometimento de Pedro de Alcântara para com os valores associados ao movimento dos *philosophes*, tomando por exemplificações sua atuação política e social em seu próprio país. Faz-se importante deixar claro que, não se insere nos limites temáticos desse trabalho avaliar o tipo de relacionamento que Pedro de Alcântara travou com a intelectualidade brasileira que lhe foi contemporânea, o que diga-se de passagem é muito pouco explorada pela historiografia brasileira, em detrimento a um enorme alarde que se é feito em relação as trocas intelectuais de Pedro de Alcântara com pensadores e artistas estrangeiros, como o Conde de Gobineau, por exemplo. Esta abordagem, obviamente, se desdobraria em uma outra dissertação. Deixemos, portanto, Pedro de Alcântara falar por si mesmo sobre o conhecimento, a ciência e a educação.

(...) o estudo me apraz sempre, e a época e mais das ciências que das belas-artes.⁴³

Não tenho confiança senão na educação do povo. De resto, prefiro ocupar-me de questões que não sejam políticas.⁴⁴

Começamos falando do conhecimento e da ciência. No texto introdutório a este trabalho, vários foram os institutos de ciência e artes brasileiros e estrangeiros apontados, nos quais Pedro de Alcântara esteve vinculado por quase toda a vida. Penso que não cabe aqui a eles nos deter, nem muito menos expandir a grade de atuação deste intelectual engajado, pois nos perderíamos em um mar de informações que nos são muito acessíveis nos centros de pesquisas. Portanto, penso que seria mais significativo destacar, do que apenas citar os feitos desse homem das artes e ciências, a necessidade de se estabelecer um vínculo, uma ponte que insira Pedro de Alcântara nos movimentos intelectuais encabeçados pela elite brasileira engajada em projetos de transformação dos valores e pensamento que estavam ocorrendo no Brasil desde a década de 50 com o movimento romântico.

Se se parte do prisma que avalia a postura que Pedro de Alcântara assumiu em relação ao conhecimento como um mero instrumento político para a afirmação da monarquia e consolidação do Estado-Nação, perde-se o vínculo que o possa unir

⁴³ READERS, G., D. *Pedro II e o Conde de Gobineau*, Carta de 27/09/1879.

⁴⁴ *Ibid*, Carta de 10/01/1879.

as gerações intelectuais que nesse momento estavam pensando novas alternativas políticas e sociais para o Brasil, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Pelo fato de muitos letrados defenderem o regime republicano frente a vigência de uma monarquia que se aferia o vínculo direto com a escravidão e com o sistema econômico baseado no grande latifúndio exportador, Pedro de Alcântara não é remetido a esse universo de propostas reformistas, encabeçados principalmente por uma elite intelectual denominada “Geração de 1870”.

A década de 1870 configurou o início sistemático de um processo de modificações no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, idealizado e concebido por intelectuais tradicionalmente denominados pela historiografia brasileira de “geração modernista de 1870”, cujo predomínio de idéias se fez presente entre os anos de 1870 a 1914 - período genericamente conhecido como a “virada do século” - e que tiveram como projeto elevar o nível brasileiro de “Estado à Nação”. Esta elite intelectual produziu inúmeros trabalhos que tomaram por paradigma ideais e valores produzidos na Europa, como o de progresso, democracia e liberalismo, buscando refletir e construir o país a partir da realidade sócio-política brasileira. Segundo o autor Nicolau Sevcenko, os letrados brasileiros tinham como palavra de ordem “condenar a sociedade fossilizada do império e pregar grandes reformas redentoras: ‘a abolição, a república, a democracia’ ”, pretendendo “iluminar” o país via difusão da ciência e da cultura.⁴⁵

Voltados para o paradigma europeu cientificista que pode ser representado pelas doutrinas positivista e darwinista, por exemplo, difusoras de uma concepção de história que possibilitava a integração do Brasil na Modernidade, os intelectuais brasileiros formularam um projeto sócio-político de “elevação do nível” do Brasil de “Estado” - cuja formação como unidade política já havia sido questão central dos debates intelectuais da primeira metade do século XIX, e posteriormente problematizado pela geração de intelectuais em questão - à “Nação”. Apontavam a necessidade de atualização segundo o modo-de-vida europeu e de modernização das estruturas sócio-políticas como fatores essenciais para a integração do Brasil no cenário internacional. Tais reformas como - a abolição da escravatura, a mudança

⁴⁵ SEVCENKO, N., *Literatura como missão*, p. 78.

de regime político, a descentralização do poder, a liberdade de culto e de pensamento, a elevação do nível material da população para que conseqüentemente também houvesse um desenvolvimento cultural - tinham como caminhos o incremento da atividade nacional, liberação da iniciativa, a livre-concorrência, democratização entendida como ampliação da participação pública, ou seja, extensão da cidadania, resultando em uma gama de ideais marcadamente liberais que possuíam o intuito de conduzir o Brasil rumo ao progresso, até que fosse atingido o ideal máximo dos letrados brasileiros de fazer o Brasil superar até mesmo as nações mais civilizadas.

Este prisma cosmopolita e universal presente na mentalidade dos ilustrados cariocas é justificada pelo tipo de educação e formação acadêmica que a intelectualidade brasileira vinha recebendo desde a primeira metade do século XVIII. Maria Odila da Silva no artigo *Aspectos da Ilustração no Brasil* publicado na Revista do I.H.G.B.⁴⁶ enfatiza a natureza empírica e objetiva dos estudos realizados pelos estudantes brasileiros que procuram trazer para o país conhecimentos capazes de modificar a realidade da situação do seu Brasil. É importante ressaltar, mais uma vez, que o nacionalismo intelectual em questão, não deve ser entendido como um desejo manifestados pela intelectualidade brasileira de aplicar ao país as técnicas de conhecimento desenvolvidas no exterior, e muito menos e sim de criar para o Brasil um saber próprio através dos estudos dos mais variados aspectos de sua realidade, “na linha das propostas científicas embora não necessariamente comprometida com ela”.⁴⁷

Segundo a perspectiva de Maria Odila, da qual também partilho, a intelectualidade brasileira da segunda metade dos oitocentos esteve profundamente comprometida com as possíveis transformações para o seu país, investindo materialmente em sua formação científica e tecnológica como demonstra a citação acima. Compactuar com as teses que qualificam a elite intelectual de tal época de bacharelesca e livresca, incidiria tratá-la sob a mesma perspectiva a partir da qual

⁴⁶ DIAS, M. O., *Aspectos da ilustração no Brasil*. Rio de Janeiro

⁴⁷ *Ibid.*, p. 107.

Pedro de Alcântara foi visto desde então. Vejamos um exemplo que bem sintetiza essa percepção.

No entanto, a formação intelectual que recebiam, eminentemente literária, orientada não para a técnica e a ação, mas para o cuidado da forma, adestramento na eloquência e o exercício das funções dialéticas do espírito, não podia fazer desses mestres em artes e licenciados senão letrados, imitadores e eruditos, cujo maior prazer intelectual consistia no contato com os velhos autores latinos. Força de conservação antes do que instrumento de libertação do espírito, esse ensino de classe, dogmático e retórico, que modelava todos pelo mesmo padrão de cultura, fundia as minorias ralas de letrados, que flutuavam, estranhas e superpostas ao meio social, como uma elite intelectual de importação.⁴⁸

O conjunto de reformas na política brasileira que viabilizaria as transformações sociais que vinham sendo idealizadas pela intelectualidade, segundo a maioria dos letrados cariocas, poderia ser representado pela instauração do regime republicano, e conseqüente e conseqüente queda da monarquia. Vale ressaltar que o “projeto república” não era a única opção de reforma política, além do fato de que as opiniões se dividiam quanto ao modo pelo qual a república poderia ser exercida. Sendo assim, segundo José Murilo de Carvalho em *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*⁴⁹, torna-se mais correto falar de “projetos republicanos” para o país do que apenas a referência no singular.

Entretanto, de todas as possíveis propostas de governo, em voga a partir da segunda metade do século XIX, incluindo até mesmo uma pequena parcela de monarquistas constitucionais, no que diz respeito a algumas das mais importantes finalidades políticas que pretendiam alcançar, haviam questões consensuais que acabavam por reduzir as suas diferenças ao meio pelo qual cada projeto realizaria a execução de sua política. Estas diversas propostas políticas pregavam: a descentralização do governo, reforma eleitoral, funcionamento de um sistema representativo.

⁴⁸ DIAS, M. O., Aspectos da ilustração no Brasil. Rio de Janeiro, p.107.

⁴⁹ Ibid., p. 83.

No romance machadiano “Esaú e Jacó”⁵⁰, que muito bem ressalta a dialética de continuidades e descontinuidades na transição no Brasil de Império para República, pode-se confirmar com clareza a afirmação proposta no parágrafo anterior através do capítulo XLIII, intitulado “Discurso”. Neste capítulo, Paulo (um dos personagens centrais do trama), republicano, estudante de Direito da faculdade de São Paulo, escreve um discurso inflamado de idéias segundo ele essencialmente republicanas, apresentando ao seu pai o Barão de Santos, amigo pessoal de D. Pedro II, que toma o discurso por magnífico. No entanto, sua mãe, a Baronesa de Santos, atenta para o fato de que o discurso poderia vir a ofender o imperador D. Pedro II, gerando em seu pai uma certa dúvida. Imediatamente, seu irmão Pedro - que apesar de ser seu gêmeo possui uma postura ideológica completamente diferente do comportamento de Paulo, principalmente por ser um monarquista conservador - intervém na conversa de seus pais e irmão esclarecendo que aquele discurso tanto poderia ser escrito por um republicano, como por monarquista liberal.

Ao tomar com objeto de estudo o segundo diário autobiográfico de Pedro de Alcântara (31/12/1861 a 05/01/1862), percebe-se que grande parte dos projetos defendidos por essa geração, figurava também entre os objetivos de Pedro de Alcântara para a revisão da situação política e social do país, muito antes mesmo dessa geração se arrogar o direito de transformação. Vejamos o que diz sobre algumas das questões que estavam na pauta da geração de 70.

Sou partidário da completa liberdade de imprensa, pois é esta a melhor fonte de informações para mim, senão a única. Ouço a todos, porém não posso senão raras vezes valer-me disso, quando, pelo contrário, chamo a atenção dos ministros e discuto com eles sobre o que a imprensa diz de importância. Não me escapam mesmo os jornais das Províncias. (Diário autobiográfico - 31/12/1861)

A nossa principal necessidade política e a liberdade de eleição; sem esta e a de imprensa não ha sistema constitucional na realidade, e o ministério que transgride ou consente na transgressão deste principio e o maior inimigo do Estado e da monarquia. (Diário autobiográfico - 31/12/1861)

Menor centralização administrativa também e urgente, assim como melhor divisão das rendas geral, provincial e municipal, convindo vigorar este ultimo elemento. (Diário autobiográfico - 31/12/1861)

⁵⁰ ASSIS, M., *Esaú e Jacó*, p. 78-80.

O cepticismo ou indiferentismo nunca foram a minha política, e todas as medidas e providencias (...) entre as quais sempre sobressaiu a reforma judiciária para a separação das atribuições judiciárias das policiais, e segurança da liberdade individual, provam a minha asserção, não me descuidando também de chamar a atenção do governo para quaisquer abusos que me constem. (Diário autobiográfico - 01/01/1861).

O ensino deve ser inteiramente secular, com exceção do religioso; mas livre, ainda que sujeito à inspeção da autoridade. Seria útil a criação de uma universidade na Corte, conservando as escolas superiores das províncias. (Diário autobiográfico - 02/01/1861).

Para não muito mais me estender, irei finalizar o capítulo com uma citação relacionada à questão da educação, apresentada por Guilherme Auler em seu livro *Os Bolsistas do Imperador*⁵¹, a fim de que se tenha uma pequena dimensão dos investimentos materiais dispensados por Pedro de Alcântara para a transformação de país e, conseqüentemente, da humanidade:

Recebendo um pedido ou requerimento de auxílio para estudar, Dom Pedro II ordena uma espécie de sindicância, primeiramente, para informar-se sobre o suplicante. Depois, indaga qual a quantia necessária. Em seguida, lavra-se o decreto ou portaria e, em casos raros, transmite ordem por ofício.

O estudante, contemplado com a mesada imperial, é obrigado a apresentar, trimestralmente, certificados de aproveitamento, freqüência e boa conduta, e, na hipótese de achar-se no estrangeiro, assume o compromisso de, findos os estudos, regressar ao Brasil, para aqui disseminar os conhecimentos adquiridos por generosidade do monarca.

O valor da mesada igualmente, é bastante considerável para a época. Por exemplo, Maximiliano José Martins recebe 50\$000 mensais, para educar-se em Curitiba, em 1880. Paga de internato no colégio do professor Rouxinol (moradia, alimentação, ensino e roupa lavada) 30\$000. Sobram-lhe 20\$000 para vestuário, livros e ... depósitos na Caixa Econômica.

Também é preciso salientar que, além da mesada, o estudante recebe do Imperador, muitas vezes, o pagamento das matrículas, de livros, das passagens para seu transporte de ida e volta para à Europa, e até ... o enxoval, roupas e calçado, como é o caso de Pedro Américo. (p. 12).

E essa obra de mecenas amplia-se grandemente, em sua extensão e importância ao considerarmos que enquanto o imperador vive em aperturas financeiras, endividado, mantém, no estrangeiro 41 bolsistas, dos quais 21 na França, 10 na Itália, 3 na Bélgica, 2 em Portugal, 2 na Inglaterra, 2 na Áustria, e 1 nos Estados Unidos.

Também, e curioso observar que não existiu uma preferência especial para um determinado ramo da arte ou da ciência. A todos os setores chegou o apoio

⁵¹ AULER, G., *Os bolsistas do Imperador*.

benemérito do monarca, inclusive na aviação, isto em 1881 quando a comunicação aérea poderia ser julgada loucura mansa

Alem dos 65 a quem pagou os estudos primários e secundários; são mais 18 pintores, 15 engenheiros, 13 advogados; 12 músicos; 10 médicos; 6 militares; 3 agrônomos; 3 padres; 2 professores; 2 farmacêuticos; 1 arquiteto e um aviador.⁵²

⁵² AULER, G., *Os bolsistas do Imperador*.